



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto de Florestas  
Curso de Engenharia Florestal**

**Surgimento, evolução e divisão do Ibama**

Péricles Bondim Sátyro

Sob orientação do Professor

José de Arimatéa Silva

Seropédica

Fev/2008

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto de Florestas  
Curso de Engenharia Florestal**

Péricles Bondim Sátyro

**Surgimento, evolução e divisão do Ibama**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Sob orientação do Professor**

José de Arimatéa Silva

Seropédica

Fev/2008

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. José de Arimatéa Silva**  
**IF/DS - UFRRJ**  
**Orientador**

---

**Prof. Ricardo da Silva Pereira**  
**IF/DS - UFRRJ**  
**Membro Titular**

---

**Dalson William Chain**  
**UFRRJ/Ibama**  
**Membro Titular**

## AGRADECIMENTOS

Após completar mais uma importante etapa em minha vida, na qual pude, com muito prazer, atingir um alto grau de responsabilidade e aprender os caminhos para um futuro de grandes esperanças, fui capaz de realizar este trabalho. Por tudo isso agradeço:

Em primeiro lugar a Deus, por ter criado o universo, a vida e a capacidade de raciocinar.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ter me dado ótimas condições de estudo, além de me abrigar e trazer para a minha memória momentos e amizades eternas.

Ao Professor Dr. José de Arimatea Silva, por ter me dado a oportunidade de ser seu orientado, por ter sido atencioso e presente, por ter acreditado em mim e ser um bom amigo além de um grande mestre.

Aos meus pais, Manoel Nunes Sátyro e Miriam Bondim Sátyro, por terem me criado, educado e encaminhado.

À minha namorada Livia das Chagas Blanco, por estar ao meu lado me trazendo uma contínua alegria e uma imensa vontade de viver.

À minha irmã Manussa Bondim Sátyro, primos Adriano, Thales, Sarita e Pollianna, sobrinhos Gustavo e Danilo, pela força, e em especial aos meus primos Amaro e Samantha por terem me emprestado seus computadores, para que eu pudesse concluir esta monografia.

A todos os membros de minha maravilhosa família, que ajudaram na minha formação.

Aos meus eternos amigos da antiga comunidade 312-B, pelos momentos inesquecíveis que tivemos juntos.

Aos meus grandes amigos e companheiros da turma 2002-II, que me ajudaram na graduação, além de terem me propiciado grandes momentos de diversão; a estes, eu agradeço em especial aos “quase irmãos” Felipe Marauê Marques Tieppo, Antônio Sergio Cardoso Filho, Fernando José Novaes Junior e Daniel Ferreira do Nascimento.

Aos amigos do 3º andar do 6º alojamento, pela harmonia dos cinco anos de convivência.

E a todos que aqui não foram mencionados, mas que jamais serão esquecidos.

Gostaria de dedicar esta monografia ao meu avô, Antônio Francisco Montebello Bondim Neto, que após viver honestamente toda a sua vida, construindo uma linda família, teve o seu descanso no ano passado.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	v
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO .....	ix
ABSTRACT .....	ix
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. OBJETIVOS.....	3
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	3
3.1. Fontes de consultas.....	3
3.2. Análises .....	4
3.2.1 Origem do Ibama.....	4
3.2.3. Divisão do Ibama.....	4
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	4
4.1. Surgimento do Ibama .....	4
4.2. Evolução do Ibama.....	7
4.2.1. Mudanças na estrutura do Ibama.....	8
4.2.2. Vinculação do Ibama .....	13
4.3. Divisão do Ibama .....	15
4.3.1 Estrutura do novo Ibama.....	15
4.3.2 Estrutura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.....	17
4. CONCLUSÕES .....	21
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	22

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Informações relevantes sobre os órgãos que deram origem ao Ibama e do resultante da sua divisão	12
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Organograma do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	15
-----------------------------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Estrutura regimental do Ibama de 1989	7
Quadro 2 - Estrutura regimental do Ibama de 1991	8
Quadro 3 - Estrutura regimental do Ibama de 1999	9
Quadro 4 - Estrutura regimental do Ibama de 2001	11
Quadro 5 - Estrutura regimental do Ibama de 2002	11
Quadro 6 - Estrutura regimental do Ibama de 2003	12
Quadro 7 - Estrutura regimental do Ibama de 2007	15
Quadro 8 - Estrutura regimental do ICMbio de 2007	16

## LISTA DE SIGLAS

Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DRNR	Departamento de Recursos Naturais Renováveis
Fiset	Fundo de Investimentos Setoriais
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INM	Instituto Nacional do Mate
INP	Instituto Nacional do Pinho
MDU	Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MHU	Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNDP	Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Probor	Programa de incentivo à produção de borracha vegetal
Sema	Secretaria Especial do Meio Ambiente
Semam	Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
Semam/PR	Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
Sinima	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
Sudepe	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
Sudhevea	Superintendência da Borracha
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

## **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivos analisar as circunstâncias e os órgãos que levaram à criação do Ibama, a sua evolução e as circunstâncias que causaram a sua divisão. O material usado para alcançar os objetivos deste trabalho foi, em sua maioria, extraído de sites da rede mundial de computadores, além de fontes como livros de Direito Administrativo, usadas como apoio para a discussão. Para o primeiro objetivo, foram feitas análises sobre os órgãos que originaram o Ibama, sobre a situação de cada um deles na época de sua extinção, com apoio de leituras de materiais escritos na época, e de discussões sobre o Programa Nossa Natureza. As análises realizadas no segundo objetivo foram feitas a partir dos regimentos da instituição e leituras sobre a cronologia das leis ambientais. No terceiro objetivo, as análises foram feitas a partir das leituras de materiais que explicam, sob ângulos distintos, os supostos motivos para a divisão do Ibama. As conclusões obtidas neste estudo indicam como motivos para o surgimento do Ibama, o fim dos financiamentos aos programas coordenados pelos órgãos que lhe deram origem e que os levaram a um processo de esvaziamento; o agravamento dos problemas relacionados às queimadas na Amazônia e o Programa Nossa Natureza lançado em 1988, com o intuito de contribuir para a solução dos problemas da política do meio ambiente. Concluiu-se que o Instituto passou por seis mudanças de regimento na sua primeira fase de existência, que durou 18 anos (1989-2007). E, finalmente, foi possível concluir que há duas posições com relação à divisão do Ibama: necessidade de modernização do setor ambiental do Brasil (oficial) e motivação devida ao programa de Aceleração do Crescimento – PAC (dos críticos).

Palavras-chave: Ibama, órgão ambiental, administração florestal.

## **ABSTRACT**

The aims of this work were to analyze the documents, facts and institutes involved in the initiation of IBAMA as a governmental Institute, the evolution of IBAMA as a institute and why a division started. The used material was taken from the internet web sites and books of Administration Law. For the first objective, documents from the institutes that gave the origin of Ibama were examined. The real situation of each Institute was made at the time of extinction. The discussion about the “Nossa Natureza” program were analyzed as well. For the second objective, the documents with the regulation of the institute and papers with the environment laws at a chronological time of creation. At the third objective, the analyzes were made on the suppose motive for the IBAMA division. The conclusions obtained from this work, showed that for the IBAMA creation, the motives were the empty process of Institutes that gave origin to IBAMA, after the end of financially projects; the increase problems related to the Amazon deforestation and with the “Nossa Natureza” program that started at 1988 with the objective to solve the problems of environment policy. The IBAMA had six changes in the regulation in the first part of Institution functioning that have 18 years of time (1989-2007). Finally, was possibly to concluded that there were two positions in relation to the division: modernization of environment sector in Brazil (official ) and the governmental program made to accelerate the grown of the country “PAC” (non-official).

Key-words: Ibama, environmental institution, forest administration.

## 1. INTRODUÇÃO

Fazendo-se um breve levantamento do histórico de ações em prol da conservação dos recursos naturais do país, constata-se que o meio ambiente recebeu a sua primeira atenção em 1500, quando em uma carta enviada ao rei de Portugal, Pero Vaz de Caminha destacou a beleza e todo o patrimônio da natureza (Ibama, 2003). Na sequência algumas regras foram estabelecidas para a exploração dos recursos florestais, mas durante o período colonial não houve nada que gerasse muito efeito, pois na maioria das vezes as leis eram ignoradas e, além disso, a fiscalização era muito fraca.

No final do período colonial também consta a fundação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808.

Os governos que se sucederam no período entre o final do século XIX e início do século XX preocuparam-se com a reconstituição e a restauração de trechos das florestas brasileiras que haviam sofrido um grande desmatamento no período anterior. Esta preocupação resultou na criação do Serviço Florestal do Brasil, em 28/10/1921. Esta criação foi a primeira medida de ação governamental para regulamentar o uso dos recursos naturais e conservá-los ao mesmo tempo (BRASIL, 1921).

No período entre 1930 e 1950, algumas medidas de conservação e preservação do patrimônio natural, histórico e artístico, foram tomadas sendo de maior importância a criação de parques nacionais e de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Além disso foi criado também o Instituto Nacional do Mate, em 1938, com a finalidade de concorrer com o mercado argentino, e o Instituto Nacional do Pinho, em 1941, que protegia os interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho.

De 1962 a 1967 foram criadas três entidades autárquicas, sendo duas (Superintendência da Borracha e Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), com o intuito de subsidiar produtores e cooperativas formadas pelos mesmos, e outra encarregada de desenvolver a política florestal e de preservação dos recursos naturais - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Esta autarquia era, de fato, uma fusão do Instituto Nacional do Mate com o Instituto Nacional do Pinho e com o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, órgão que sucedera o Serviço Florestal.

Logo adiante, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). A SEMA era um órgão autônomo de administração direta que se propôs a discutir junto à opinião pública a questão ambiental, fazendo com que as pessoas se preocupassem mais com o meio ambiente e evitassem atitudes predatórias. Quanto aos seus principais objetivos pode-se dizer que a SEMA teve maior dedicação em estar atenta à poluição, principalmente a de caráter industrial, mais visível, e proteger a natureza.

Na década de setenta, houve um bom avanço quanto ao nível de preocupação do povo brasileiro com o meio ambiente, talvez pelo agravamento dos problemas ambientais que decorriam neste período. O mundo estava se mobilizando pela primeira vez a favor da preservação do meio ambiente, e por conta disso, a UNESCO-PNUMA promoveu a conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em 1977, que acabou influenciando na adoção desta disciplina pelas universidades brasileiras.

Em 1981 a SEMA propôs o que seria de fato a primeira lei ambiental do país, destinada à proteção da natureza, fazendo este ano ser considerado como ano chave para o meio ambiente. Isto influenciou na criação do sistema nacional do meio ambiente e do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. Por esse Cadastro foram definidos os instrumentos para a implementação da Política Nacional, dentre

os quais o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA). Foi criado, também, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que tem poderes regulamentadores e estabelece padrões de meio ambiente.

Em 1988 o governo criou, através do decreto nº 96.944, de 12 de outubro, com grande influência do movimento ambientalista, o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (Programa Nossa Natureza), com o objetivo de conter a ação antrópica ao meio ambiente, desenvolver o processo de educação ambiental, disciplinar a ocupação e a exploração racional da Amazônia, fundamentada no ordenamento territorial, regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica e proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo. No mesmo decreto que criou o programa foram criadas seis comissões interministeriais que tinham de 60 a 90 dias para estudar e propor medidas relativas aos temas definidos nos objetivos.

Com o fim do regime autoritário e o restabelecimento da ordem democrática, em 1985, era providencial a elaboração de uma nova carta constitucional. Nesta época algumas das autarquias criadas nas décadas anteriores, passavam por um estado de crise e fraqueza, com isso surgia a idéia de se ter uma única autarquia que tratasse de todos os temas ambientais, fossem eles de caráter ecológico, econômico ou social.

Em 1989 o IBDF e a Sudhevea foram extintos através da Medida Provisória nº28/89 (convertida na lei nº 7.732/89) e em seguida a MP nº 34/89 (convertida na lei nº 7.735/89) extingue também a SEMA e a SUDEPE, criando no mesmo ano o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Ibama era vinculado ao Ministério do Interior e foi formado pela junção de quatro órgãos que desempenhavam atividades bem diferentes, eram eles os mesmos extintos pelas leis citadas: a Sudhevea, o IBDF, a Sema e a Sudepe.

Para administrar o Ibama, foram escolhidos um presidente e cinco diretores, todos nomeados pelo Presidente da República. Competia ao Ibama os direitos, créditos e obrigações que antes eram conferidos aos órgãos que se fundiram para formá-lo.

O Ibama foi se organizando e tentando cumprir as suas funções, e, em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – Semam, que tinha no Ibama seu órgão gerenciador da questão ambiental.

Em decorrência da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-Rio-92), a sociedade pressionava as autoridades brasileiras pela proteção ao meio ambiente e isto, foi de fato, a causa da fundação de um órgão de hierarquia superior, o Ministério do Meio Ambiente (MMA). As autoridades ficaram preocupadas com a possível repercussão internacional das teses discutidas na conferência mundial.

O MMA tinha o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil. Então o Ibama passou a ser subordinado ao MMA.

Durante a década de noventa, o Ibama continuou trabalhando e evoluindo em seus programas. Em parceria com outros órgãos participou de projetos sociais, criou cento e cinquenta e quatro unidades de conservação e participou de várias outras atividades. Mas sempre houve um questionamento em relação a sua eficiência no que diz respeito à fiscalização e funcionamento de modo geral, pois realmente o Ibama pouco controlou o crescimento da clandestinidade que sempre existiu no país em vários setores, e muitos consideravam a sua estrutura precária.

Por culpa da demora que o Ibama levava para resolver problemas de licenciamento para obras, começaram a aparecer uma série de reclamações, e a pressão sobre o órgão ficou maior.

Em 2007, através de uma atitude inusitada, e com total apoio do Presidente da

República, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva propõe a divisão do Ibama e a criação do instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o que de fato acabou acontecendo com a Medida Provisória nº 366 de 26 de abril de 2007. Aos servidores do Ibama ela só enviou uma carta explicando o porquê de sua decisão. Na mesma carta a ministra apresentou as propostas de reestruturação e de modernização das unidades do MMA.

Esta atitude gerou uma revolta muito grande nos servidores do Ibama, que em razão disso entraram em greve ambicionando conseguir com que o Presidente Lula revogasse a medida provisória que dividiu o órgão.

A manifestação dos servidores do Ibama não resultou em nada, pois o Instituto Chico Mendes foi criado do mesmo modo, como uma entidade autárquica, e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

O Instituto Chico Mendes vai funcionar na gestão das unidades de conservação e o Ibama continuará trabalhando com a proteção e o licenciamento ambiental, não mais se responsabilizará pelas unidades de conservação.

Com a atual divisão do Ibama e toda repercussão que esta decisão causou e também com a análise da história desta autarquia, é natural que duas perguntas surjam, “como se comportou o Ibama durante todo esse tempo, para ser dividido desta forma?” e “quando o Brasil poderá contar com uma entidade competente e capaz de proteger a nossa, tão cobiçada, natureza?”.

Esta monografia visa contribuir com as respostas a essas indagações, contando a história do Ibama, incluindo surgimento, evolução e divisão. O objetivo será analisar e esclarecer toda a conturbação que se passa sobre este assunto, já que existem poucos trabalhos narrados sobre as entidades autárquicas.

## **2. OBJETIVOS**

- Analisar as circunstâncias e os órgãos que deram origem ao Ibama;
- Analisar a evolução da instituição desde o seu surgimento até a sua divisão;
- Analisar as circunstâncias que causaram a divisão do Ibama.

## **3. MATERIAL E MÉTODOS**

### **3.1. Fontes de consultas**

No desenvolvimento deste trabalho foi de extrema necessidade a consulta a alguns sites de internet e algumas bibliografias.

No que diz respeito ao histórico de ações a favor da conservação dos recursos naturais, as informações foram retiradas do site do próprio Ibama ([www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)). Este também acrescentou os motivos que influenciaram o seu surgimento.

Para o estudo da natureza de cada entidade que originou o Ibama, foi consultado o ato de criação de cada uma delas, ou seja, os atos legais que as originaram (leis, decretos-lei, medidas provisórias), bem como os decretos que as regulamentaram. Estes foram encontrados nos sites do senado (<http://www.senado.gov.br>), da câmara dos deputados (<http://www.planalto.gov.br>) e do planalto (<http://www.planalto.gov.br>). Destes sites foram obtidos, também os decretos da estrutura do Ibama, e o desenvolvimento desta autarquia no período compreendido entre 1989 e 2007, também foram retiradas do site oficial do Ibama.

Para a obtenção de informações sobre a divisão do Ibama e a formação do Instituto

Chico Mendes, foi feita uma consulta à carta da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Esta carta estava à disposição no site do próprio ministério.

A repercussão que teve em torno deste assunto foi pesquisada também na internet nos sites da Associação dos Servidores do Ibama ([www.asibama.org.br](http://www.asibama.org.br)), em sites de opiniões como [www.opiniaoenoticia.com.br](http://www.opiniaoenoticia.com.br) e sites informativos como [www.brasiloste.com.br](http://www.brasiloste.com.br).

## **3.2. Análises**

### **3.2.1 Origem do Ibama**

A análise da origem do Ibama foi feita através da consulta a dois tipos de fontes de informações, matérias que contavam trechos da história das autarquias extintas, como a monografia intitulada como Evolução das Instituições Florestais Federais do Brasil de Daian Almeida Albuquerque, que fala sobre a evolução das instituições florestais do Brasil e um material recolhido no próprio site do Ibama intitulado como A História do Ibama. Também foram analisados os atos de criações e extinções das entidades antecessoras ao Ibama, assim como textos que contextualizam com estas épocas.

### **3.2.2. Evolução do Ibama**

Para a análise da evolução do Ibama, foi feito um estudo sobre os Decretos de cada regimento do órgão, onde foi observada cada mudança da estrutura do instituto assim como as mudanças nas suas Finalidades, competências e vinculações.

Para esta etapa, foi usado como material os decretos dos regimentos de 1989, 1991, 1999, 2001, 2002 e 2003. Esta análise foi feita paralelamente com o estudo da evolução do Ministério do Meio Ambiente.

### **3.2.3. Divisão do Ibama**

Para analisar a divisão do Ibama, um estudo sobre artigos disponíveis em sites de opiniões, site dos servidores do Instituto e sobre a carta da Ministra do Meio Ambiente foi de grande importância.

Foi realizada também uma análise em cima da nova estrutura do Ibama (2007) e da estrutura do novo órgão, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, fazendo uma comparação entre os dois decretos de criação.

## **4. RESULTADOS E DISCUSÃO**

### **4.1. Surgimento do Ibama**

A tabela 1 resume as informações relevantes sobre a criação e extinção dos órgãos que deram origem ao Ibama, assim como daquele resultante da sua divisão.

O Ibama, como já mencionado, foi formado pela fusão de quatro órgãos: Sudepe, IBDF, Sudhevea e Sema.

Estes órgãos foram criados nas décadas de sessenta e setenta com a influência das reformulações das políticas do setor ambiental, e foram extintos no ano de 1989 por alguns motivos em comum e outros particulares, os quais serão adiante discutidos.

Tabela 1 - Informações relevantes sobre os órgãos que deram origem ao Ibama e do resultante da sua divisão

Instituição	Sigla	Criação (ano/instrumento)		Origem	Processo de criação	Extinção (ano/instrumento)		Duração
		1962	Lei delegada nº 10 de 11.out.1962			1989	MP nº34 de 23.jan.1989	
Superintendência do Desenvolvimento da Pesca	Sudepe	1962	Lei delegada nº 10 de 11.out.1962		Instituição nova	1989	MP nº34 de 23.jan.1989	26 anos 3 meses 12 dias
Superintendência da Borracha	Sudhevea	1967	Lei nº 5.227 de 18.jan.1967		Instituição nova	1989	MP nº28 de 15.jan.1989 (convertida na Lei 7.732 de 14.fev.1989)	21 anos 11 meses 28 dias
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	IBDF	1967	Dec-lei nº 289 de 28.fev.1967	INP + DRNR + INM	Fusão	1989	MP nº28 de 15.jan.1989	21 anos 10 meses 15 dias
Secretaria Especial do Meio Ambiente	Sema	1973	Dec-lei nº 73.030 de 30.out.1973		Instituição nova	1989	MP nº34 de 23.jan.1989	15 anos 3 meses 22 dias
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Ibama	1989	MP nº34 de 23.jan.1989 (convertida na Lei nº 7.735 de 22.fev.1989)	IBDF + SEMA + Sudhevea + Sudepe	Fusão			
Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade	ICMBio	2007	MP nº 366 de 6.abr.2007 (convertida na Lei 11.516 de 28.ago.2007)	IBAMA	Divisão			

A Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) foi criada em 1962 para elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP). O PNDP dava destaque à realização de pesquisas e de experimentos básicos ao desenvolvimento da piscicultura, à organização e expansão da infra-estrutura da pesca, à formação e capacitação de mão-de-obra especializada e à assistência técnica e financeira àqueles que exerciam atividade relacionada com a pesca ou seus produtos.

Uma possível explicação para a extinção da Sudepe em 1989, é o fato de o Ministério da Agricultura esta passando nesta época por um processo de mudança em suas prioridades.

Em 1967, a mesma Lei que criou a política econômica da borracha e o Conselho Nacional da Borracha (que substituiu a Comissão Executiva de Defesa da Borracha), criou também a Sudhevea (Superintendência da Borracha), autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio. A Sudhevea tinha como finalidade executar a Política Econômica da Borracha.

Em 1985 a Política Econômica da Borracha acabou em decorrência do fim do PROBOR III, com isso a Sudhevea ficou sem finalidade, o que pode ser citado como um dos motivos de sua extinção (SILVA, 1996).

O IBDF foi criado em 1967 com o intuito de formular a política florestal nacional, e com isso reorganizar o setor florestal.

A criação do IBDF foi consequência da influência do Novo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) e da lei dos incentivos fiscais (Lei nº 5.106, de 02 de setembro de 1966).

O IBDF surgiu com a fusão de três órgãos que regiam a política nacional florestal, eram eles o INP (Instituto Nacional do Pinho), o INM (Instituto Nacional do Mate) e o DRNR (Departamento de Recursos Naturais Renováveis), este último foi o sucessor do Serviço Florestal. Ao longo de sua existência o IBDF teve sua maior ocupação com a gerência da conversão dos recursos financeiros contidos no Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais) em incentivos fiscais para o reflorestamento e florestamento.

Em 1987 com a crise econômica brasileira e outros problemas, os incentivos fiscais chegaram ao fim. E com isso o IBDF, que não vinha se aplicando como se esperava a suas outras funções, acabou sendo inutilizado além de muito questionado pelos ambientalistas. Por esses motivos o Instituto acabou sendo extinto em 1989 (PEREIRA, 2002).

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), foi fundada em 1973 com o propósito de orientar a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Neste período o mundo passava por um grande agravamento na questão ambiental, e com isso surge no mundo inteiro a idéia de que se fazia necessário um programa de conscientização da população para os problemas ambientais do planeta. Com isso uma Conferência Internacional foi promovida em Estocolmo, Suécia, e nela estava presente uma delegação brasileira.

Tais fatos são compreendidos como os principais motivos da criação da Sema.

A Sema, durante a sua existência esteve a maior parte do tempo vinculada ao Ministério do Interior, até que em 15 de março de 1985 o decreto nº 91.145 cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), que tinha a Sema como um de seus órgãos vinculados. Em 1987 o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente passa a ser Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), com isso a Sema voltou a se vincular ao Ministério do Interior.

A Sema, durante a sua trajetória ocupou-se muito com questões ligadas à criação e gerenciamento de unidades de conservação e problemas desta natureza, ao invés de enfrentar as grandes indústrias poluidoras, assim como se esperava quando ela foi criada (Silva, 1996).

Em 1989, a Sema, dentre os quatro órgãos que deram origem ao Ibama, era a que se

encontrava menos desgastada. Por isso os motivos que levaram esta secretaria a ser extinta podem ser associados à reformulação da política brasileira do meio ambiente, que contava com a união destes quatro órgãos para formar um único ente público capaz de gerir sobre estes assuntos.

No ano de 1988 a Amazônia passava por um grande caos. Consta que naquela década a taxa de incêndios e desmatamentos na região havia aumentado de forma significativa, alcançando a marca de 17.770 km<sup>2</sup> de devastação naquele ano, e neste mesmo período os órgãos responsáveis se encontravam enfraquecidos, e a tendência era a sua extinção. Então o Presidente da República, José Sarney, se viu na obrigação de tomar alguma atitude para frear a onda de desmatamento que se agravava cada vez mais no país e levava ao exterior uma péssima imagem do governo brasileiro, já que o problema ocorria na Amazônia, uma área de interesse dos países de primeiro mundo.

Neste mesmo ano o Presidente José Sarney convocou uma equipe multidisciplinar de especialistas e acadêmicos de alto nível para estudar o estado geral dos recursos naturais e propor saídas para conciliar o desenvolvimento econômico com a preocupação ecológica. Foi aí que surgiu o Programa Nossa Natureza (MESQUITA, 2005).

No decorrer do Programa Nossa Natureza, um dos diretores do programa sugeriu ao Presidente José Sarney, que seria ideal para o país que existisse somente uma entidade pública para gerir as políticas oficiais relacionadas com a produção dos recursos naturais renováveis e o seu adequado uso, dentro da linha do desenvolvimento sustentável. Então o presidente aproveitou a reformulação que estava acontecendo na política do meio ambiente para unificar os órgãos, Sudepe, Sudhevea, IBDF e Sema, e criar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Este novo órgão herdou de seus antecessores os seus direitos, créditos e obrigações, decorrentes de lei, ato administrativo ou contrato, inclusive as suas respectivas receitas.

Criado em 22 de fevereiro de 1989 pela lei 7.735, o Ibama era vinculado ao Ministério do Interior, e tinha como finalidade “formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis”. A instituição era uma entidade autárquica de regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

#### **4.2. Evolução do Ibama**

Desde 1989, quando foi decretado a organização do primeiro regimento do Ibama, até hoje, o Instituto passou por grandes transformações, e o que se pode observar é que as suas maiores mudanças ocorreram em sua própria estrutura regimental. Estas mudanças podem ser notadas através da análise de decretos dos seus regimentos. Fazendo a mesma análise também pode-se perceber que as suas finalidades não são mais exatamente as mesmas de seu primeiro regimento, muitas podem ter sido mantidas, mais todas foram retocadas, algumas retiradas e outras acrescentadas.

#### 4.2.1. Mudanças na estrutura do Ibama

Quadro 1- Estrutura regimental do Ibama de 1989

ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO
Órgãos de Direção Superior	<ul style="list-style-type: none"><li>• Presidente;</li><li>• Diretoria de controle e fiscalização;</li><li>• Diretoria de recursos naturais renováveis; Diretoria de ecossistema,</li><li>• Diretoria de incentivo à pesquisa e divulgação;</li><li>• Diretoria de administração e finanças.</li></ul>
Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gabinete; Secretaria de planejamento e coordenação;</li><li>• Procuradoria jurídica;</li><li>• Ouvidoria;</li><li>• Assessoria de comunicação social;</li><li>• Auditoria.</li></ul>
Órgãos Regionais:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Superintendências estaduais;</li><li>• Jardim Botânico do Rio de Janeiro</li></ul>
Órgãos Consultivos:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conselho Nacional de Proteção à Fauna;</li><li>• Conselho Nacional de Unidades de Conservação</li><li>• Comitê Técnico-Científico.</li></ul>

Fonte: Decreto nº 97.946, de 11 de Julho de 1989.

Com esta estrutura o Instituto ficou até 1991, quando, com o um novo regimento passou pelas primeiras mudanças em sua estrutura.

Neste novo regimento o presidente não mais fazia parte dos órgãos de direção superior pois esta classificação também foi extinta. O presidente da autarquia recebia uma classificação própria não mais em conjunto com outros órgãos.

Foram criados com este regimento novos órgãos em sua estrutura, novas classificações para antigos órgãos, e alguns foram renomeados, mas as suas competências continuaram as mesmas.

O que era a secretaria de planejamento e coordenação em 1989, passou a ser a coordenadoria geral de planejamento em 1991. O que era a procuradoria jurídica em 89 passou a ser chamado de procuradoria geral em 91.

Em 1991 foram criados Centros no instituto:, o Centro Nacional de Informação Ambiental, Centros de Pesquisa, Centros de Treinamento, Centros de Conservação e Manejo de Fauna Silvestre e Unidades Descentralizadas.

Com isto o instituto pode com mais organização sistematizar a informação de interesse para apoiar a tomada de decisão na área de meio ambiente, definir e coordenar, em articulação com as áreas técnicas, as suas próprias demandas, executar estudos e pesquisas visando ao atendimento das mesmas, bem assim a divulgação dos resultados obtidos, executar os programas de capacitação de pessoal e de treinamento de mão-de-obra, propor e desenvolver métodos de manejo e definir critérios e padrões que visem assegurar a preservação e o uso sustentado de espécies da fauna.

Quadro 2 - Estrutura regimental do Ibama de 1991

ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO
Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gabinete, Coordenadoria Geral de Planejamento, Ouvidoria e Assessoria de Comunicação Social.</li> </ul>
Órgãos seccionais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Procuradoria-Geral, Auditoria e Diretoria de Administração e Finanças.</li> </ul>
Órgãos singulares:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diretoria de Controle e Fiscalização, Diretoria de Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Ecossistemas e Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação.</li> </ul>
Órgãos descentralizados:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Superintendências Estaduais, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Centro Nacional de Informação Ambiental, Centros de Pesquisa, Centros de Treinamento, Centros de Conservação e Manejo de Fauna Silvestre e Unidades Descentralizadas.</li> </ul>
Órgãos colegiados:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conselho Nacional de Proteção à Fauna, Conselho Nacional de Unidades de Conservação e Comitê técnico-científico.</li> </ul>

Fonte: Decreto nº 78, de 05 de Abril de 1991.

Em 1999 houve uma mudança significativa na estrutura regimental do Ibama, quando comparado a 1991, uma dessas mudanças foi a extinção da coordenadoria geral de planejamento, esta extinção fez com que parte de suas competências fossem atribuídas à Diretoria de Gestão dos Recursos Administrativos, menos a função de assessorar o presidente nas atividades de planejamento, pois esta função foi atribuída a Diretoria de Gestão Estratégica. Outra novidade foi a extinção da ouvidoria, que fez com que o auditor passasse a acumular as funções de ouvidor.

A Assessoria de Comunicação Social que em 1991 fazia parte dos órgãos de assistência direta e imediata ao presidente, em 1999 não mais existia, deixando assim as suas funções para o gabinete.

A procuradoria-geral ficou conhecida como procuradoria, a Diretoria de Administração e Finanças agora era chamada de Diretoria de Gestão dos Recursos Administrativos. Esta última também acumulou novas competências.

O que em 1991 era conhecido como órgãos singulares, em 99 passou a ser chamado de órgãos específicos singulares.

A Diretoria de controle e Fiscalização foi extinta e teve as suas funções atribuídas à Diretoria de Controle Ambiental, estas diretorias podem ser consideradas genéricas, mas a de 99 possuía mais atributos, como, por exemplo, o zoneamento ambiental. A exemplo das duas diretorias comparadas acima, também se pode falar que a Diretoria de Gestão do Uso dos Recursos Naturais de 1999 herdou as funções da Diretoria de Recursos Naturais Renováveis de 1991, com exceção de algumas finalidades como fomento à pesca e aqüicultura em águas marinhas.

A Diretoria de Ecossistemas de 1991 deixou de existir e as suas competências em 99 eram responsabilidade da Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre.

A Diretoria de Incentivo a Pesquisa e Divulgação que em 1991 era responsável por incentivar, orientar e coordenar e gerenciar as unidades e atividades de pesquisa de desenvolvimento tecnológico, de informação, de educação ambiental, de documentação e de difusão de tecnologia, bem assim promover a capacitação técnica na área de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, em 1999 foi extinta, deixando as suas competências para a Diretoria de Gestão Estratégica, sendo que as atividades de pesquisa foram distribuídas com outras diretorias.

Nesta etapa de mudança do instituto houve renomeações em alguns setores e também houve uma nova classificação dos órgãos. Em 1999 eles eram divididos em órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, órgãos seccionais, órgãos específicos singulares e órgãos descentralizados. Com isso conclui-se que os órgãos antes conhecidos como colegiados não mais fizeram parte do instituto no regimento de 1999, e observa-se também que desta forma as suas funções foram distribuídas e executadas direta e indiretamente pelos órgãos específicos singulares do instituto.

Em 1999 houve uma mudança significativa na estrutura regimental do Ibama, quando comparado a 1991, uma dessas mudanças foi a extinção da coordenadoria geral de planejamento, esta extinção fez com que parte de suas competências fossem atribuídas à Diretoria de Gestão dos Recursos Administrativos, menos a função de assessorar o presidente nas atividades de planejamento, pois esta função foi atribuída a Diretoria de Gestão Estratégica. Outra novidade foi a extinção da ouvidoria, que fez com que o auditor passasse a acumular as funções de ouvidor.

A Assessoria de Comunicação Social que em 1991 fazia parte dos órgãos de assistência direta e imediata ao presidente, em 1999 não mais existia, deixando assim as suas funções para o gabinete.

A procuradoria-geral ficou conhecida como procuradoria, a Diretoria de Administração e Finanças agora era chamada de Diretoria de Gestão dos Recursos Administrativos. Esta última também acumulou novas competências.

O que em 1991 era conhecido como órgãos singulares, em 99 passou a ser chamado de órgãos específicos singulares.

A Diretoria de controle e Fiscalização foi extinta e teve as suas funções atribuídas à Diretoria de Controle Ambiental, estas diretorias podem ser consideradas genéricas, mas a de 99 possuía mais atributos, como, por exemplo, o zoneamento ambiental. A exemplo das duas diretorias comparadas acima, também se pode falar que a Diretoria de Gestão do Uso dos Recursos Naturais de 1999 herdou as funções da Diretoria de Recursos Naturais Renováveis de 1991, com exceção de algumas finalidades como fomento à pesca e aquíicultura em águas marinhas.

A Diretoria de Ecossistemas de 1991 deixou de existir e as suas competências em 99 eram responsabilidade da Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre.

A Diretoria de Incentivo a Pesquisa e Divulgação que em 1991 era responsável por incentivar, orientar e coordenar e gerenciar as unidades e atividades de pesquisa de desenvolvimento tecnológico, de informação, de educação ambiental, de documentação e de difusão de tecnologia, bem assim promover a capacitação técnica na área de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, em 1999 foi extinta, deixando as suas competências para a Diretoria de Gestão Estratégica, sendo que as atividades de pesquisa foram distribuídas com outras diretorias.

Nesta etapa de mudança do instituto houve renomeações em alguns setores e também houve uma nova classificação dos órgãos. Em 1999 eles eram divididos em órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, órgãos seccionais, órgãos específicos singulares e órgãos descentralizados. Com isso conclui-se que os órgãos antes conhecidos como colegiados não mais fizeram parte do instituto no regimento de 1999, e observa-se também que desta forma as suas funções foram distribuídas e executadas direta e indiretamente pelos órgãos específicos singulares do instituto.

Quadro 3 - Estrutura regimental do Ibama de 1999

Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete;</li> </ul>
Órgãos seccionais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procuradoria;</li> <li>• Auditoria;</li> <li>• Diretoria de Gestão dos Recursos Administrativos.</li> </ul>
Órgãos específicos singulares:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretoria de Gestão Estratégica;</li> <li>• Diretoria de Gestão do Uso dos Recursos Naturais;</li> <li>• Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre;</li> <li>• Diretoria de Controle Ambiental.</li> </ul>
Órgãos descentralizados:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenadorias de Articulação Regional;</li> <li>• Unidades Técnicas Multifuncionais;</li> <li>• Centros Especializados e Unidades de Conservação.</li> </ul>

Fonte: Decreto nº 3.059, de 17 de Maio de 1999.

No ano de 2001 o Ibama passava pelo seu quarto regimento e como nos outros decretos regimentares este também apresentou algumas mudanças, e a partir deste ano até hoje o instituto manteve a mesma divisão dos seus órgãos.

Neste regimento o Ibama voltou a ter na divisão classificatória de sua estrutura, órgãos colegiados, porém desta vez eles eram representados por um Conselho de Gestão e Câmaras Regionais. Ao Conselho de Gestão competia assessorar o presidente do Ibama na tomada de decisões relacionadas à gestão ambiental e apreciar os assuntos que lhe eram submetidos por qualquer um de seus membros. Já as Câmaras Técnicas Regionais eram responsáveis por subsidiar os órgãos descentralizados na consecução de seus objetivos relacionados à execução federal da política ambiental, em temas e escalas a serem definidas em regulamento específico e também apreciar os assuntos que lhes eram submetidos pelos gerentes executivos, chefes dos órgãos descentralizados, ou qualquer dos seus membros.

Os órgãos de assistência direta e imediata ao presidente que no regimento de 1999 era representado apenas pelo Gabinete, agora também eram compostos pela Procuradoria Geral. Decreto nº 3.059, de 17 de maio de 1999.

Os órgãos seccionais neste regimento compreendiam a Auditoria e a Diretoria de Gestão Estratégica, que em 1999 fazia parte dos órgãos específicos singulares, e pela Diretoria de Administração e Finanças que havia sido extinta em 1991.

Neste regimento houve uma grande mudança quanto aos órgãos específicos singulares. Fazia parte desta classificação a Diretoria de Ecossistemas que em 1999 havia sido extinta, e neste regimento cabia a ela coordenar, supervisionar, regulamentar e orientar a execução das ações referentes a proposição de criação e gestão das unidades de conservação federais, a proteção e manejo de ecossistemas e o controle do uso do patrimônio espeleológico (Espeleologia é a ciência que estuda as cavidades naturais e outros fenômenos cársticos). Em 2001 foram criadas as Diretoria de Florestas, Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental e Diretoria de Proteção Ambiental.

Com esta mudança as competências da extinta Diretoria de Gestão do Uso de Recursos Naturais passaram a ser divididas entre a Diretoria de Florestas, Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros e Diretoria de Ecossistemas. A Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre quando extinta em 2001 teve suas competências herdadas e divididas pela Diretoria de Florestas, Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros e Diretoria de Ecossistemas, mas algumas de suas funções ficaram sem órgãos competentes dentro do Ibama, como a

função de promover e executar estudos de representatividade e de prioridades para a conservação dos ecossistemas, também ficaram sem responsável dentro do Instituto as competências que dizem respeito a definição de parâmetros e critérios para a utilização de infra-estruturas de uso nas Unidades de Conservação Federais do Ibama, operação direta ou por meio de concessões, terceirizações e publicizações, das atividades de uso público nas unidades descentralizadas do Ibama e controle do acesso ao uso dos recursos genéticos. Em 2001, com o SNUC aprovado no ano anterior, a gestão das unidades de conservação federais de proteção integral ficaram a cargo da Diretoria de Ecossistemas.

Outra diretoria que deixou de existir no regimento de 2001 foi a Diretoria de Controle Ambiental, com isso as suas competências foram divididas entre a Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental e a Diretoria de Proteção Ambiental.

Os órgãos descentralizados também sofreram mudanças com a chegada deste regimento, uma prova disso é a desvinculação das Coordenadorias de Articulação Regional e Unidades Técnicas Multifuncionais com Ibama e a ligação do Instituto com dois novos órgãos descentralizados (Gerências Executivas e Escritórios Regionais).

O quadro 4 mostra como ficou a estrutura do Ibama segundo a organização do decreto de 2001:

Quadro 4 - Estrutura regimental do Ibama de 2001

Órgãos colegiados:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho de Gestão e Câmaras Técnicas Regionais.</li> </ul>
Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete e Procuradoria-Geral.</li> </ul>
Órgãos seccionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditoria;</li> <li>• Diretoria de Gestão Estratégica;</li> <li>• Diretoria de Administração e Finanças.</li> </ul>
Órgãos específicos singulares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretoria de Florestas;</li> <li>• Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros;</li> <li>• Diretoria de Ecossistemas;</li> <li>• Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental;</li> <li>• Diretoria de Proteção Ambiental.</li> </ul>
Órgãos descentralizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerências Executivas;</li> <li>• Escritórios Regionais;</li> <li>• Unidades de Conservação Federais;</li> <li>• Centros Especializados.</li> </ul>

Fonte: Decreto nº 3.833, de 05 de Junho de 2001

Pode-se afirmar que de 2001 até 2007 pouca coisa mudou na estrutura regimental do Ibama, pois na verdade só houve uma relevante mudança em 2003, quando o decreto regimental foi apresentado com leves diferenças quando comparado aos de 2002 e 2001.

No regimento de 2003 entrou no lugar da Procuradoria-geral, entre os órgãos de assistência direta e imediata ao presidente, a Procuradoria Federal Especializada que tinha de diferente somente o nome pois suas competências continuaram as mesmas.

Nos órgãos seccionais, o que em 2001 e 2002 foi mantida como Auditoria, em 2003 passou a ser chamada de Auditoria Interna; este órgão também só apresentou de diferente o nome.

Abaixo podemos observar as de 2002 e 2003 e ver como as duas são similares à estrutura de 2001.

Quadro 5 - Estrutura regimental do Ibama de 2002

Órgãos colegiados:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho de Gestão;</li> <li>• Câmaras Técnicas Regionais.</li> </ul>
Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete;</li> <li>• Procuradoria-Geral.</li> </ul>
Órgãos seccionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditoria;</li> <li>• Diretoria de Gestão Estratégica;</li> <li>• Diretoria de Administração e Finanças.</li> </ul>
Órgãos específicos singulares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretoria de Florestas;</li> <li>• Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros;</li> <li>• Diretoria de Ecossistemas;</li> <li>• Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental;</li> <li>• Diretoria de Proteção Ambiental.</li> </ul>
Órgãos descentralizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerências Executivas, Escritórios Regionais, Unidades de Conservação Federais e Centros Especializados.</li> </ul>

Fonte: Decreto nº 4.548, de 27 de Dezembro de 2002.

Quadro 6 - Estrutura regimental do Ibama de 2003

Órgãos colegiados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho de Gestão e Câmaras Técnicas Regionais</li> </ul>
Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete e Procuradoria Federal Especializada</li> </ul>
Órgãos seccionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditoria Interna;</li> <li>• Diretoria de Gestão Estratégica;</li> <li>• Diretoria de Administração e Finanças.</li> </ul>
Órgãos específicos singulares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretoria de Florestas;</li> <li>• Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros;</li> <li>• Diretoria de Ecossistemas;</li> <li>• Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental;</li> <li>• Diretoria de Proteção Ambiental</li> </ul>
Órgãos descentralizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerências Executivas;</li> <li>• Escritórios Regionais;</li> <li>• Unidades de Conservação Federais;</li> <li>• Centros Especializados.</li> </ul>

Fonte: Decreto nº 4.756, de 20 de Junho de 2003.

#### 4.2.2. Vinculação do Ibama

Durante a primeira fase de existência do Ibama o órgão mudou várias vezes de vinculação.

Em 1989 o Ibama era vinculado ao Ministério do Interior, o mesmo ministério ao qual a Sema era ligada. Esta vinculação durou somente um ano, pois em 1990 foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (Semam/PR) através da Medida Provisória nº 150, de 15 de março, e com isto o Ibama passou a se vincular a esta nova secretaria.

O Ibama, ao mudar sua vinculação, deixou de formular a Política do Meio Ambiente, passando esta competência para a Semam/PR; ficou apenas como órgão executor.

Em 1992 a lei nº 8.490, de 19 de novembro, transformou a Semam/PR em Ministério do Meio Ambiente (MMA). Com esta medida o Ibama voltou a ser vinculado a um Ministério.

O Ministério do Meio Ambiente no ano seguinte foi transformado em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, que em 1995 através da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro foi transformado em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Com esta denominação o Ministério ficou até 1999, quando editada a Medida Provisória nº. 1.795, de 1º de janeiro, ele voltou a ser denominado Ministério do Meio Ambiente, permanecendo com esta denominação até o presente.

Em 2000, a lei nº 9.985, de 18 de julho, conhecida como a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi aprovada, e tinha o Ibama como um órgão executor, com a função de implementar o Sistema, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, e os estados e municípios com a função de administrar as demais unidades, nas suas respectivas esferas de atuação (Brasil, 2000).

### **4.3. Divisão do Ibama**

No ano de 2007 o governo brasileiro demonstrou priorizar o crescimento da economia do país, como forma de aproveitar o momento favorável, baseando-se no fato do País ter reduzido sua dependência do financiamento externo e ter nos últimos anos acumulado superávits recordes na balança comercial, podendo assim pagar as suas dívidas com o Fundo Monetário Internacional e com o clube de Paris.

Embalado por esta tendência o governo criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que tem como objetivo incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. Está incluída nos programas do PAC, como uma de suas metas, a criação de um complexo hidrelétrico no Rio Madeira, projetado pelo consórcio Furnas/Odebrecht. Esta é reconhecida como a maior obra hidrelétrica do PAC.

Este programa, considerado o maior programa estratégico dos últimos quarenta anos, é apontado como o grande motivo para a divisão do Ibama. Pois ao analisar o planejamento do programa, enviado pelo presidente Lula à imprensa, pode-se observar uma certa disposição do governo em remover obstáculos burocráticos à implementação do programa.

A demora por parte do Ibama para dar o licenciamento ambiental das obras das hidrelétricas, gerou muitas reclamações do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e de outros membros do governo. Em uma de suas reclamações o Presidente chegou a citar o fato de algumas licenças serem negadas por culpa da proteção de um bagre, justificando a sua indignação com o trabalho realizado pelo Ibama (GROSSMANN, 2007).

Parte dos críticos do programa aventou suspeita de pressões da Presidência da República sobre o Ministério do Meio ambiente, para que o mesmo tomasse atitudes que fizessem o Ibama andar mais depressa com a liberação das Licenças Ambientais. Tais atitudes vieram a ser tomadas com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, que incluiu a Divisão do Ibama, com a conseqüente criação do Instituto Chico Mendes.

Mesmo que a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, negue ter sofrido pressão do Presidente naquele momento, é inevitável a permanência destas suspeitas, pois o argumento apresentado pela Ministra não foi suficientemente convincente, a ponto de apagar da memória dos críticos a possibilidade do Presidente tê-la pressionado.

Ao se defender, sobre esta suspeita a Ministra Marina Silva, disse que “o Presidente não seria capaz de lhe fazer uma proposta como esta e que as mudanças do Ministério e do Ibama já vinham sendo planejadas há quatro anos, afirmando ainda, que este país tem uma legislação e dentro de um processo público honesto, não se facilita nem se dificulta nada”.

A explicação dada pela Ministra, sobre a divisão do Instituto, em sua carta para os servidores, foi alegando que após anos de gestão no setor, o Ministério do Meio Ambiente pôde, com a grande experiência adquirida, enxergar as falhas no setor, e com isso houve a conclusão de que o Ministério do Meio Ambiente necessitava de uma modernização.

A análise acima aponta duas causas para a divisão do Ibama: a chegada do PAC e a necessidade de modernização do setor.

#### **4.3.1 Estrutura do novo Ibama**

Em 2007, com a sua divisão, o instituto passou por uma significativa mudança em sua estrutura, pois ainda que a divisão de seus órgãos continue idêntica as divisões dos três

últimos regimentos, é de fácil percepção a mudança dos órgãos que o compõe.

Começando uma comparação pelos órgãos colegiados, pode-se perceber que o Conselho de Gestão deu lugar ao Conselho Gestor que possui de diferente as competências de apreciar propostas de edição de normas específicas de abrangência nacional, opinar sobre propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas de gestão ambiental, apreciar planos específicos para as ações do Ibama, manifestar-se sobre processos de licenciamento ambiental em andamento no Ibama, manifestar-se sobre parâmetros técnicos, econômicos e sociais para a definição das ações, analisar processos de identificação e negociação de fontes de recursos internos e externos para viabilização das ações planejadas do Ibama e manifestar-se sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente do Ibama.

As câmaras Técnicas Regionais deixaram de ser relacionadas como órgãos colegiados do instituto neste novo regimento.

Analisando os órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, que antes eram representados pelo Gabinete e Procuradoria Federal Especializada, observa-se que atualmente é composta somente pelo Gabinete, pois a Procuradoria Federal Especializada passou a integrar os órgãos seccionais junto com a Auditoria Interna e dois novos órgãos, são eles, a Corregedoria e Diretoria de Planejamento, Administração e Logística.

Com a corregedoria o instituto ganhou uma maior organização em suas atividades e também uma melhor capacidade de aperfeiçoamento no cumprimento de suas finalidades.

Quando criou a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística estava sendo feita uma substituição da Diretoria de Administração e Finanças e acrescentando a este novo órgão a competência de elaborar e propor o planejamento estratégico do Ibama, supervisionar e avaliar o desempenho das suas atividades, normatizar, executar e acompanhar o orçamento, promover a articulação institucional e a gestão da tecnologia da informação ambiental. O resto de suas finalidades é similar às competências da Diretoria de Administração e Finanças.

Com este novo regimento os órgãos específicos singulares foram quase todos mudados. As competências antes atribuídas à Diretoria de Florestas e Diretoria de Fauna e Recursos pesqueiros agora competem a Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas, com exceção de reflorestamentos, fomento as atividades das comunidades tradicionais e proposição de criação e gestão das florestas nacionais, pois estas atividades atualmente competem ao Instituto Chico Mendes. A Diretoria de Ecossistemas não está mais relacionada entre os órgãos que compõe o Instituto neste regimento, e suas competências agora são todas de responsabilidade do Instituto Chico Mendes.

No regimento atual o que antes era Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental agora foi dividido em duas diretorias são elas, a Diretoria de Qualidade Ambiental e a Diretoria de Licenciamento Ambiental, o mesmo ocorreu com suas competências.

A única diretoria que foi mantida intacta entre os órgãos específicos singulares é a Diretoria de Proteção Ambiental.

Nesta nova etapa do Ibama os únicos órgãos descentralizados mantidos são as Gerências Executivas e os Centros Especializados, todo o resto foi desvinculado. No novo regimento estão relacionadas entre estes órgãos as Superintendências, e as Unidades Avançadas - Bases Operativas.

Pode-se dizer que o Ibama foi recriado em 2007 pela Medida Provisória nº366, de 26 de Abril, pois o ato foi de criação, levando-se em conta que esta Medida Provisória indica que o art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 (ato que oficializou a criação do Ibama), passa a vigorar com outra redação.

Atualmente o Ibama está encarregado da fiscalização ambiental federal e do

licenciamento ambiental de atividades econômicas de impacto nacional.

Agora podemos conferir como está a estrutura do Ibama atualmente.

Quadro 7 - Estrutura regimental do Ibama de 2007

Órgão colegiado	• Conselho Gestor
Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente	• Gabinete
Órgãos seccionais	• Procuradoria Federal Especializada, Auditoria Interna, Corregedoria e Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Órgãos específicos singulares	• Diretoria de Qualidade Ambiental, Diretoria de Licenciamento Ambiental, Diretoria de Proteção Ambiental e Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas
Órgãos descentralizados	• Superintendências, Gerências Executivas, Centros Especializados e Unidades Avançadas - Bases Operativas

Fonte: Decreto nº 6.099, de 26 de Abril de 2007.

#### 4.3.2 Estrutura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Ao se comparar as duas instituições (Ibama e ICMbio), nota-se que as divisões de seus órgãos são bem semelhantes, pois são classificadas em órgão colegiado, órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, órgãos seccionais, órgãos específicos singulares e órgãos descentralizados.

Fazendo-se uma análise das estruturas destas duas Instituições pode-se enxergar as seguintes diferenças.

O órgão colegiado das Instituições comparadas são em sua maior parte semelhantes porém no Ibama o órgão que representa esta classe é o Conselho Gestor, já no ICMbio esta classe é representada pelo Conselho Diretor.

O Conselho Gestor do Ibama difere-se do Conselho Diretor do ICMbio, em alguns aspectos. O Conselho Diretor do ICMbio opina sobre os planos de ação e propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas de gestão ambiental, já o Conselho Gestor do Ibama opina somente sobre as propostas referentes ao mesmo assunto. Outra diferença é o fato de o Conselho Gestor do Ibama apreciar planos específicos para as ações do IBAMA e manifestar-se sobre processos de licenciamento ambiental em andamento no Instituto, enquanto o Conselho Diretor do ICMbio não possui estas competências.

Nas duas Instituições o órgão de assistência direta e imediata ao Presidente é representado somente pelo gabinete, tendo este nas duas autarquias as mesmas competências.

Quando se compara os órgãos seccionais das duas instituições pode-se perceber algumas grandes diferenças entre as suas estruturas. No Ibama esta classe conta com uma Procuradoria Federal Especializada, uma Auditoria Interna, uma Corregedoria e uma Diretoria de Planejamento, Administração e Logística. Já o ICMbio tem esta divisão representada de forma diferente, pois ele além de contar com alguns órgãos em comum ao Ibama como a Procuradoria Federal Especializada e Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, ele também conta com uma ouvidoria, órgão não mais encontrado na estrutura do Ibama. Os órgãos seccionais do ICMbio não contam com uma Auditoria e uma Corregedoria, diferente do que acontece com o Ibama.

Os órgãos específicos singulares das duas autarquias possuem naturezas completamente diferentes, isto fica bem claro, porque tanto no Ibama quanto no ICMbio estes órgãos são representados por diretorias, com a diferença de as diretorias do ICMbio serem todas elas voltadas para a gestão de unidades de conservação e as Diretorias do Ibama sequer tratam deste assunto.

Quanto aos órgãos descentralizados destas instituições, o que pode-se observar é que, como era de se esperar, as Unidades de Conservação passaram a ser todas de responsabilidade do ICMbio assim como os Centros Especializados.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007 pela Medida Provisória nº366, de 26 de Abril, e originado da divisão do Ibama, ficou estruturado da seguinte maneira:

Ao se comparar as duas instituições (Ibama e ICMbio), nota-se que as divisões de seus órgãos são bem semelhantes, pois são classificadas em órgão colegiado, órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, órgãos seccionais, órgãos específicos singulares e órgãos descentralizados.

Fazendo-se uma análise das estruturas destas duas Instituições pode-se enxergar as seguintes diferenças.

O órgão colegiado das Instituições comparadas são em sua maior parte semelhantes porém no Ibama o órgão que representa esta classe é o Conselho Gestor, já no ICMbio esta classe é representada pelo Conselho Diretor.

O Conselho Gestor do Ibama difere-se do Conselho Diretor do ICMbio, em alguns aspectos. O Conselho Diretor do ICMbio opina sobre os planos de ação e propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas de gestão ambiental, já o Conselho Gestor do Ibama opina somente sobre as propostas referentes ao mesmo assunto. Outra diferença é o fato de o Conselho Gestor do Ibama apreciar planos específicos para as ações do IBAMA e manifestar-se sobre processos de licenciamento ambiental em andamento no Instituto, enquanto o Conselho Diretor do ICMbio não possui estas competências.

Nas duas Instituições o órgão de assistência direta e imediata ao Presidente é representado somente pelo gabinete, tendo este nas duas autarquias as mesmas competências.

Quando se compara os órgãos seccionais das duas instituições pode-se perceber algumas grandes diferenças entre as suas estruturas. No Ibama esta classe conta com uma Procuradoria Federal Especializada, uma Auditoria Interna, uma Corregedoria e uma Diretoria de Planejamento, Administração e Logística. Já o ICMbio tem esta divisão representada de forma diferente, pois ele além de contar com alguns órgãos em comum ao Ibama como a Procuradoria Federal Especializada e Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, ele também conta com uma ouvidoria, órgão não mais encontrado na estrutura do Ibama. Os órgãos seccionais do ICMbio não contam com uma Auditoria e uma Corregedoria, diferente do que acontece com o Ibama.

Os órgãos específicos singulares das duas autarquias possuem naturezas completamente diferentes, isto fica bem claro, porque tanto no Ibama quanto no ICMbio estes órgãos são representados por diretorias, com a diferença de as diretorias do ICMbio serem todas elas voltadas para a gestão de unidades de conservação e as Diretorias do Ibama sequer tratam deste assunto.

Quanto aos órgãos descentralizados destas instituições, o que pode-se observar é que, como era de se esperar, as Unidades de Conservação passaram a ser todas de responsabilidade

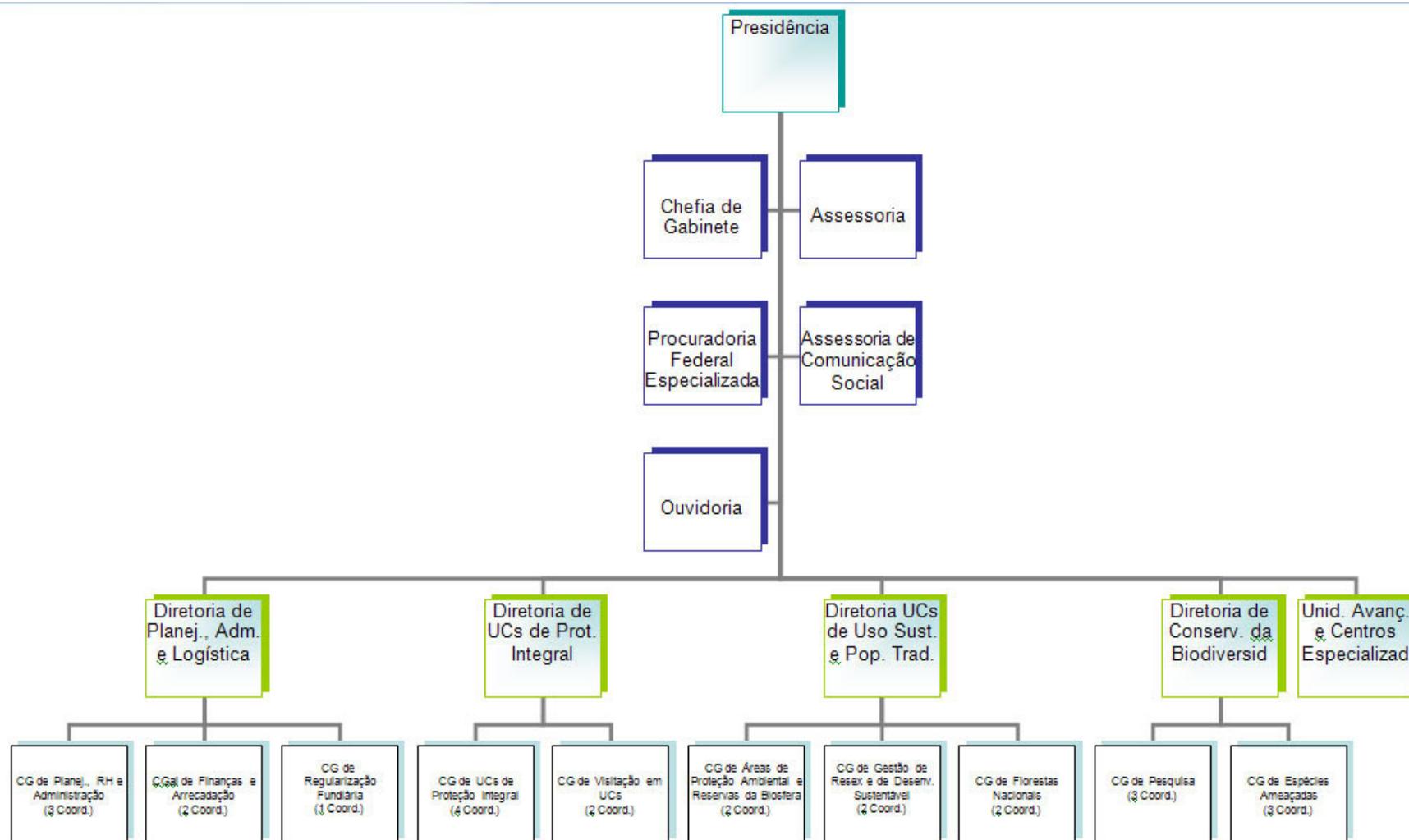
do ICMBio assim como os Centros Especializados.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007 pela Medida Provisória nº366, de 26 de Abril, e originado da divisão do Ibama, ficou estruturado da seguinte maneira:

Quadro 8 - Estrutura regimental do ICMBio de 2007

Órgão colegiado:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conselho Diretor.</li></ul>
Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gabinete.</li></ul>
Órgãos seccionais:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Procuradoria Federal Especializada;</li><li>• Ouvidoria;</li><li>• Diretoria de Planejamento;</li><li>• Administração e Logística.</li></ul>
Órgãos específicos singulares:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral;</li><li>• Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais;</li><li>• Diretoria de Conservação da Biodiversidade;</li></ul>
Órgãos descentralizados:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Centros Especializados;</li><li>• Unidades Avançadas</li></ul>

Fonte: Decreto nº 6.100, de 26 de Abril de 2007



Estrutura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – 2007

Fonte: [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

#### 4. CONCLUSÕES

O Ibama surgiu da fusão de quatro órgãos criados nas décadas de 60 e 70, com diferentes naturezas, eram eles a Sudepe, Sudhevea, IBDF e Sema. Estas autarquias vieram a ser extintas em 1988 em consequência de diversos fatores, dentro os quais pode-se mencionar: falta de orientação da política e legislação aprovada; escassez de fontes de recursos; falta de postura mais profissional do setor empresarial; e mudança de prioridades governamentais. Isso estava ocorrendo principalmente em virtude do fim do Fiset (pesca e reflorestamento), e do fim do Probor (que financiava a heveicultura), que levaram ao término dos investimentos nos programas coordenados por estes órgãos.

A política do meio ambiente necessitava de uma reformulação, já que estava acontecendo, junto com a crise das autarquias citadas acima, um sério agravamento nas queimadas na Amazônia; com a implementação do Programa Nossa Natureza, este foi o fator indutor da criação do Ibama.

O Ibama ao longo do tempo foi sofrendo varias mudanças em sua estrutura, suas vinculações e competências. No período compreendido entre 1989 até 2003, o Ibama passou por seis regimentos, que acrescentaram ou diminuíram as competências do Instituto.

A divisão do Instituto pode ser explicada por dois pontos de vista diferentes: o da Ministra do Meio Ambiente e o dos críticos da divisão. Na visão da Ministra Marina Silva, o motivo que explica a divisão do Ibama é o fato de o Ministério do Meio Ambiente estar necessitando de uma modernização; na visão dos críticos, em sua maioria, o instituto foi dividido por estar atrasando a liberação do licenciamento das obras das hidrelétricas incluídas no PAC.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.421 – de 28 de dezembro de 1921. Cria o Serviço Florestal do Brasil. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 20 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 26 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 97.946, de 11 de Julho de 1989. Dispõe sobre a Estrutura Básica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 78, de 05 de Abril de 1991. Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.059, de 17 de Maio de 1999. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.833, de 05 de Junho de 2001. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.548, de 27 de Dezembro de 2002. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.756, de 20 de Junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 10 mai. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso em: 26 de fev. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. O IBAMA vincula-se a SEMAM/PR conforme art. 36 Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 17 fev. 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 3 nov. 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.205, de 1º de agosto de 1994. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 28 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 28 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 1.795, de 1º de janeiro de 1999. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 28 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2008.

GROSSMANN, L. O. 2007. Mudanças para acelerar o PAC. Câmara Brasileira da Indústria

da Construção. Economia. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/>. Acesso em: 2 fev.2008.

MESQUITA, F.C. 2005. Desmatamento e política. Ministério da Ciência e Tecnologia. Opinião. Disponível em: <http://agenciact.mct.gov.br/> . Acesso em: 20 dez.2007

IBAMA. O Ibama e sua história. Disponível em <<http://www2.ibama.gov.br/historia/>>. Acesso em: 11 nov. 2001.

PEREIRA, H. S. 2002. Estado actual de la informacion sobre instituciones forestales. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso: em 3 jan. 2008.

SILVA, José de Arimatéa . Análise quali-quantitativa da extração e do manejo dos recursos florestais da Amazônia brasileira: uma abordagem geral e localizada (Floresta Estadual do Antimari –AC). Curitiba: UFPR, 1996, 547p. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_.Curso de Política, Administração e Legislação Florestal. Seropédica: UFRRJ, 2007. (Textos de aula e material didático).